

Como a água e o sangue



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Reitor

ANTONIO JOSÉ DE ALMEIDA MEIRELLES

Coordenadora Geral da Universidade

MARIA LUIZA MORETTI



Conselho Editorial

Presidente

EDWIGES MARIA MORATO

CARLOS RAUL ETULAIN – CICERO ROMÃO RESENDE DE ARAUJO

DIRCE DJANIRA PACHECO E ZAN – FREDERICO AUGUSTO GARCIA FERNANDES

IARA BELELI – MARCO AURÉLIO CREMASCO – PEDRO CUNHA DE HOLANDA

SÁVIO MACHADO CAVALCANTE – VERÓNICA ANDREA GONZÁLEZ-LÓPEZ

Coleção Estudos Medievais

Comissão editorial

NÉRI DE BARROS ALMEIDA, COORDENADORA (UNICAMP)

CARLOS AUGUSTO RIBEIRO MACHADO (UNIVERSITY OF ST. ANDREWS)

MARCELO CÂNDIDO DA SILVA (USP) – MARIA FILOMENA COELHO (UNB)

OLIVIA ADANKPO-LABADIE (UNIVERSITÉ GRENOBLE-ALPES)

REPRESENTANTE DO CONSELHO EDITORIAL: CARLOS RAUL ETULAIN (UNICAMP)

Giacomo Todeschini

COMO A ÁGUA E O SANGUE
Origens medievais do pensamento econômico

Tradução
Ivone Benedetti

EDITORIA
UNICAMP

T567c Todeschini, Giacomo, 1950-
Como a água e o sangue : origens medievais do pensamento econômico / Giacomo Todeschini ; tradutora: Ivone Benedetti – Campinas, SP : Editora da Unicamp, 2026.

Tradução de: Come l'acqua e il sangue : le origini medievali del pensiero economico.

1. Pensamento econômico. 2. História econômica – Idade Média – 500-1500. 3. Escolástica. 4. História. I. Benedetti, Ivone Castilho, 1947-. II. Título.

CDD – 330.15
– 330.902
– 189
– 900

ISBN 978-85-268-1941-2

Copyright © Giacomo Todeschini
Copyright © 2021 by Carocci editore Spa, Roma
Copyright © 2026 by Editora da Unicamp

As opiniões, hipóteses, conclusões e recomendações expressas neste livro são de responsabilidade do autor e não necessariamente refletem a visão da Editora da Unicamp.

Direitos reservados e protegidos pela lei 9.610 de 19.2.1998.
É proibida a reprodução total ou parcial sem autorização, por escrito, dos detentores dos direitos.

Foi feito o depósito legal.



Direitos reservados a

Editora da Unicamp
Rua Sérgio Buarque de Holanda, 421 – 3º andar
Campus Unicamp
CEP 13083-859 – Campinas – SP – Brasil
Tel.: (19) 3521-7718 / 7728
www.editoraunicamp.com.br – vendas@editora.unicamp.br

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO – A LÍNGUA INVOLUNTÁRIA DA ECONOMIA.....	7
---	---

PRIMEIRA PARTE – METÁFORAS ORGÂNICAS DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

1 CIRCULAÇÃO DO SANGUE E DO DINHEIRO. O CÍRCULO E O FLUXO.....	19
2 FUNÇÕES CORPORAIS E EQUILÍBRIOS. CIRCULAÇÃO E CRESCIMENTO.....	45
3 ACUMULAÇÃO DE ENERGIA E INVESTIMENTO DE FORÇAS. HIERARQUIAS E POTENCIALIDADES	73

SEGUNDA PARTE – A CIDADE COM BOA SAÚDE

4 PATOLOGIAS DO CRESCIMENTO. OBSTÁCULOS AO DESENVOLVIMENTO E INIMIGOS DO CORPO	103
---	-----

5 CONTRATOS E DESIGUALDADES. UMA TERAPIA DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO	135
---	-----

6 EGOÍSMOS E FÍSICA DO CRESCIMENTO. CUIDAR DE SEU PRÓPRIO BEM E DA SAÚDE DO CORPO	161
--	-----

TERCEIRA PARTE – O CORPO ECONÔMICO DA SOCIEDADE MODERNA

7 COMPETÊNCIAS E DESEJOS A SERVIÇO DO CORPO. A ORDEM E A LIBERDADE DOS MEMBROS.....	187
--	-----

8 METABOLISMO DAS METÁFORAS. SANGUE BOM E SANGUE RUIM	211
--	-----

9 ECONOMIA E NARRATIVAS DA NATUREZA. “UMA HORDA DE SELVAGENS NUMA TERRA INCULTA”	241
---	-----

QUARTA PARTE – TEOLOGIA ECONÔMICA E ECONOMISTAS

10 DISPARIDADES E ASSIMETRIAS NA ORDEM ECONÔMICA NATURAL. EQUILÍBRIO E DESIGUALDADE	269
--	-----

11 O ESPÍRITO DA COLMEIA, A MORTE DO CONTRATO E A RIQUEZA DAS NAÇÕES. UMA ECONOMIA FIGURADA	289
--	-----

12 “A MÃO INVISÍVEL PODE SER INVISÍVEL, MAS CONTINUA SENDO MÃO”. A PROVIDÊNCIA NATURAL E VOLUNTÁRIA DOS ECONOMISTAS	313
---	-----

ÍNDICE ONOMÁSTICO	331
-------------------------	-----

INTRODUÇÃO

A LÍNGUA INVOLUNTÁRIA DA ECONOMIA

Prata debaixo da terra o que vale, que terra? Videira que não frutifica não vale um espinheiro.

Guittone d'Arezzo, *Lettere in prosa* (1294)¹

[As] pessoas só acreditam no dinheiro; só no metal cunhado, só às hóstias de ouro e prata atribuem força miraculosa.

Heinrich Heine, *Alemanha* (1833-1836)²

Em pleno século XIX, para explicar a transformação diária de uma mercadoria em valor de troca, Karl Marx utiliza a imagem teológica da hóstia consagrada, que no altar se transmuda em sangue e carne de Cristo (valendo-se da linguagem da transubstanciação), e recorre aos versos de Dante sobre a fé,³ que é preciso ter na prática e não apenas em teoria, para esclarecer a diferença entre um valor abstrato e a concretude da moeda em circulação. Em famoso trecho de *A riqueza das nações*, Adam Smith reflete sobre a riqueza colonial inglesa em termos de circulação sanguínea dentro de um corpo. Escrevendo sobre teologia, outro expoente da modernização científica, Gottfried Wilhelm von Leibniz,

utiliza a imagem de um saco cheio de dinheiro para falar da presença física de Cristo na hóstia consagrada. Entre os séculos XVI e XVII, os primeiros economistas e politólogos ocidentais – Bernardo Davanzati na Itália, Jean Bodin na França, Thomas Hobbes na Inglaterra – tinham falado do funcionamento da riqueza nacional de um reino ou de uma república como do estado de saúde de um Corpo Sagrado alimentado pela circulação do sangue e ameaçado por doenças.⁴ No século XV, os frades que pregavam a utilidade das boas ações para alcançar o Paraíso as descreviam como uma montanha de moedas de ouro, de cuja altura dependia a obtenção da beatitude e da Salvação.⁵

Entre os séculos XIX e XX, economistas como Jean-Baptiste Say, historiadores do pensamento econômico como Victor Brants e célebres teóricos e historiadores do pensamento econômico como Werner Sombart e Joseph Schumpeter⁶ sugeriram a possibilidade de encontrar na Idade Média ou no início da Época Moderna elementos, “fragmentos” ou intuições que séculos depois se tornariam a economia política ou o pensamento econômico científico.

No entanto, os sinais discursivos medievais e modernos que aludem mais ou menos diretamente ao jogo das relações econômicas e dos valores ou preços, por sua conformação e estrutura concretas, levam a pensar em algo diferente de uma pré-história da racionalidade econômica contemporânea. Eles sugerem, pelo contrário, que na mistura linguística que chamamos “economia” ou mesmo “ciência econômica” estão presentes materiais brutos ou refinados provenientes de mundos e vocabulários distantes: conjuntos de palavras e frases que, ao longo do tempo, produziram discursos e imagens raramente orientados à construção de significados “econômicos” no sentido que hoje conhecemos, mas ainda capazes de produzir significados compreensíveis.⁷ Independentemente daquilo que possa ter sido a gênese conceitual da economia ocidental – ou seja, além da “história do pensamento econômico” ou das genealogias filosóficas ou ideológicas que determinaram a política ou o governo econômico dos ocidentais e depois do mundo –, prestar atenção à edificação progressiva da língua falada pela economia e pelos economistas nos últimos dois séculos parece, por isso, cada vez mais importante.

Essa língua e sua transformação moderna não parecem coincidir com a trajetória evolutiva declarada pelas teorias e políticas econômicas;

os discursos dos economistas, à luz disso, parecem provir de origens frequentemente desconhecidas tanto pelos economistas quanto pelos filósofos e emergir de palavras e metáforas, de imagens faladas, circulantes e difundidas,⁸ muito mais do que de dogmas, doutrinas, leis e teoremas. Escavando-se um pouco, as raízes desse falar econômico revelam-se afundadas em repositórios e arquivos conceituais tão remotos que já estão introjetados e inconscientes. É nesses armazéns textuais que se encontram, em forma de fragmentos e tijolos verbais, os elementos discursivos teológicos e biológicos com que a língua econômica dos ocidentais foi construída pelo menos até o século XX já avançado.⁹ Esses materiais de construção, embora não sejam, em sua essencialidade, imediatamente perceptíveis ao olhar atual – agora concentrado sobretudo no que a norma disciplinar designa como efetivamente significativo –, permanecem e resistem ao passar do tempo, indicando a pista rastreável de outra história, abaixo da história consagrada e oficial de conceitos, arquiteturas ideológicas e pensamento econômico.

Vale a pena percorrer essa pista e tirar da obscuridade de um falar e escrever sedimentado sobre economia a história e o percurso nada brilhantes e celebrados, nada evidentes, da formação gradual e inadvertida da inteligência econômica que nos rodeia e nos caracteriza como “europeus”, tornando-nos capazes de falar e pensar a economia como algo doméstico do dia a dia, reconfortante e, contudo, como frequentemente acontece com o que é doméstico, cheio de sombras vaga ou nitidamente inquietantes.

Essa maneira de abordar a formação histórica do modo como se raciocina e se fala de economia é estimulada por algumas evidentes incongruências, típicas das reconstruções “evolucionistas” da racionalidade econômica moderna e contemporânea. Muitos estudos especializados e manuais gerais, pelo menos a partir dos anos 1950 (se não antes), continuam descobrindo afinidades e semelhanças ou mesmo coincidências entre o “pensamento” econômico dos séculos XIX e XX – ou seja, “científico” –, reflexões econômicas desenvolvidas entre os séculos XVI e XVIII e “doutrinas” econômicas medievais. Para dar um único, mas significativo, exemplo, notou-se que a afirmação do valor subjetivo dos bens comercializáveis – isto é, o fato de que o preço de uma coisa é em parte determinado pela apreciação individual e especial de quem a compra, em outras palavras, por seu “afeto” e suas paixões – aparece

em textos econômicos dos séculos XIII, XVI, XVII, XVIII, XIX, até sua canonização em termos de lei econômica “marginalista” por alguns economistas mais ou menos famosos do final do século XIX: William Jevons, Léon Walras e Carl Menger. Analogamente, a enunciação da equação entre fertilidade e circulação da riqueza, frequentemente ilustrada pela imagem da água que corre e fertiliza, foi detectada na antiguidade cristã dos primeiros séculos e, depois, constantemente redescoberta da Idade Média à Época Moderna, antes de se consolidar na forma dos teoremas da circulação monetária e do equilíbrio geral característicos da ciência econômica clássica e neoclássica.¹⁰

Segundo Schumpeter e os historiadores do pensamento econômico, o que faz a diferença entre os medievais que escrevem sobre valor determinado pela apreciação subjetiva e os modernos e contemporâneos que teorizam o valor marginal – assim como a diferença entre as imagens de fertilidade ligada à circulação e as doutrinas econômicas sobre a circulação produtiva – é a “visão” global do sistema econômico de que esses fenômenos fazem parte (a “*comprehensive vision of the economic process*” de que fala Schumpeter), ou também a “ideologia” econômica¹¹ que, ao lado da instrumentação técnica (analítica, matemática, estatística), prevê uma representação complexa dos mercados que vai além dos sujeitos humanos que os compõem e também das filosofias sociais que esses mercados concretizam de modos mais ou menos explícitos e conscientes. A relação direta entre a revolução científica dos séculos XVI e XVII e a formação de uma ciência econômica foi, portanto, discutida a partir da premissa de que a racionalidade verificável da ciência econômica moderna é um efeito da matematização probabilística das ciências naturais e, no conjunto, o componente econômico de um fenômeno mais geral de evolução científica e epistemológica característico do Ocidente europeu.¹² É nessa perspectiva que as observações de Américo Vespúcio sobre a indiferença dos “índios” ao valor do ouro e da prata podem ser descritas como uma primeira tomada de consciência ocidental do fato de que os critérios de valor que caracterizavam a nascente sociedade de mercado tinham uma especificidade própria, com potencial científico, ou seja, com superioridade racional, e de que se tratava, portanto, de um saber que deveria ser difundido e propagado. Analogamente, considerou-se que certas ideias ou certos enunciados econômicos (como, por exemplo, o do valor potencial e provável do dinheiro

destinado a um investimento) já medievais só se tornam significativos quando se sedimentam até atingir uma “massa crítica”,¹³ quer dizer, quando passam a corresponder a uma situação econômica e de mercado capaz de os vivenciar em comum, ou quando se transformam numa autoconsciência analítica do sistema econômico capaz de possibilitar a “descoberta” analítica de sua existência.¹⁴ Está claro que, nesse caso, como nos outros, o problema não é como certas coisas foram ditas, em que contexto e por quê, mas como determinados conceitos, independentemente do contexto que os produziu, se afirmaram e multiplicaram no *continuum* conceitual perfeitamente abstrato denominado “pensamento econômico” ou “análise econômica”, até se tornarem parte de um conjunto conceitual organizado e analisável em termos de regularidade científica.

Parece, porém, possível um olhar diferente para a relação que ligou antigas e modernas representações dos fenômenos econômicos, se prestarmos mais atenção à concretude dos elementos linguísticos de que eram compostas as conceitualizações econômicas em diferentes alturas cronológicas do que à coerência doutrinal destas, verificada à luz do que a ciência econômica contemporânea considera racional. Desse ponto de vista, elementarmente linguístico e ingenuamente formal, a persistência de algumas imagens e conexões lógicas parece tão importante quanto a sequência conceitual que conduz do pensamento pré-econômico (ou do primitivismo econômico?) dos escolásticos ao pensamento econômico (à maturidade econômica) dos modernos e contemporâneos. A “contaminação” ética do raciocínio econômico – que, segundo uma multidão de manuais de história do pensamento econômico, seria a base da incompreensão das leis econômicas por parte dos “economistas” medievais (e também do raciocínio econômico não europeu e não contemporâneo) – pode ser, por outro lado, a marca cultural (teológico-moral, no caso) de um discurso econômico identificável também posteriormente, embora recodificado segundo outras marcas culturais, sejam elas céticas, analíticas, mercantilistas, fisiocráticas ou macroeconômicas. Por outro lado, também a convicção, de Schumpeter acima de tudo, de que os escolásticos medievais foram os primeiros “fundadores da economia científica” e de que, afinal, a economia como ciência poderia ter-se desenvolvido a partir de suas premissas – se esses teólogos economistas não tivessem sido esquecidos ou mal interpretados – elimina a especificidade dos modos medievais

de refletir sobre a economia (e a possibilidade de transmissão ao futuro desses vocabulários conceituais em sua especificidade cultural) para insistir, pelo contrário, no prolongamento da cadeia dos pensadores econômicos “científicos” ou quase. Também nesse caso, o problema da construção da economia como língua que descreve e enquadra a realidade das trocas é substituído pelo problema de quando se começou a pensar a economia cientificamente, ou seja, em termos hoje reconhecíveis e avaliáveis como científicos.

Numa perspectiva diferente da adotada pela história do “pensamento econômico”, pelos conceitos e pelas “análises” econômicas, mas que seja orientada pela atenção à linguagem econômica falada e a seus testemunhos escritos, atenua-se a diferença entre os gêneros textuais – isto é, entre os autores que se ocuparam de economia desde a Idade Média até a Época Moderna –, e, para além do fato de tais textos/autores pertencerem aos universos do direito civil, do direito canônico, da teologia, da prática, da propaganda (com frequência imaginados como semanticamente não comunicantes), tornam-se mais importantes a leitura e a decodificação dos fluxos discursivos que, ao se comporem, produziram a linguagem econômica ocidental por meio da qual o jogo global das trocas, ocidental ou não, é institucionalmente representado e racionalizado.

Os elementos teológicos, éticos, emocionais, analógicos, metafóricos, visuais, que estruturam essa linguagem, uma vez esclarecidos e reconstruídos, poderão tornar mais clara e compreensível a lógica de construção de um paradigma de racionalidade que, como o econômico, nos dois últimos séculos tem sido divulgado a ponto de ser imposto¹⁵ como a verdadeira pedra angular do que deve ser entendido como humano e razoável.

Nessa perspectiva, o contexto prescritivo que caracteriza os discursos econômicos medievais e, em geral, pré-modernos – criando-se com eles um sistema expressivo orientado a estabelecer a distinção entre o bem e o mal econômico e, assim, a tornar os comportamentos “econômicos” (segundo as diferentes acepções desse termo) coerentes com os pressupostos da teologia moral cristã – pode ser reinterpretado não como o paraíso perdido de uma economia domesticada pela ética, nem como a forma de uma confusão econômica pré-científica ainda muito distante da clareza dos gabinetes dos economistas contemporâneos, mas sim como a atmosfera

linguística e emocional¹⁶ densamente valorativa e de grande intensidade visual, apta a propagar e transmitir todo um sistema de associações conceituais, mais tarde recodificado como autorizado e indiscutível por virtude científica, precisamente em razão de seu vigor tanto mais expressivo quanto mais institucional.

A natureza visual desse saber econômico, o fato de ter sido levado adiante e difundido, tornado expressável, divulgável e compreensível por meio de imagens, ou seja, de metáforas, similitudes e analogias capazes de aproximar das dinâmicas do dinheiro e da mercadoria, da “vida” de um sistema econômico, os não economistas, os não políticos e os não iniciados nos mistérios do mercado, bem como o fato de essa visibilidade ter sido assumida por inúmeros poderes institucionais, soberanos e estatais, como uma estratégia comunicativa essencial, ajudam a explicar a transformação gradual dos discursos econômicos medievais europeus, originalmente elitistas e iniciáticos, numa forma de consciência coletiva, num saber comum da Europa moderna e contemporânea. Ao mesmo tempo, o fundo teológico e cristão desse saber, o fato de estar linguisticamente enraizado no âmago das linguagens da fé e nutrido de imagens paradisíacas ou infernais, de salvação ou de condenação, possibilitou – para além das concretizações quantitativas e matemáticas ou das justificações estatísticas do que se chama “economia” – a aprendizagem e a introjeção de formas diversas de análise ou de representações econômicas, situando-as mentalmente próximas de temores e esperanças, ansiedades morais e angústias, entendidas como normal e genericamente “humanas”, em outros termos, naturais. Se o dinheiro circula dentro de um sistema econômico como o sangue dentro de um corpo, se a organização laboral e o jogo dos interesses de uma sociedade são análogos a uma colmeia e à azáfama das abelhas, se o crescimento da riqueza e dos lucros é comparável à floração de um jardim e à fecundidade dos campos, o terror diante da interrupção dessa circulação ou do apagamento dessa floração colorida no cinzento de uma esterilidade mortífera, o desejo e a esperança de perpetuação do movimento vital e da abundância dos frutos farão da “racionalidade econômica” a manifestação de um sentimento primordial, imaginável como perfeitamente natural e todo “humano”, de sobrevivência, de autoconservação e até de transcendência e imortalidade. Sentimentos de culpa, ansiedades de endividamento e remição, de perda

e desaparecimento, desejos de crescimento, de expansão, de incremento material e simbólico fazem parte do universo emocional e figurativo inerente às linguagens econômicas europeias enraizadas no sistema teológico-moral organizado pela cristandade medieval. A cultura econômica daí derivada, a do capitalismo dos séculos XIX e XX, não por acaso foi descrita como uma forma de “culto” inexorável.¹⁷

Desse ponto de vista, parece realmente de grande importância, numa época de crise ou de confusão ideológica, prestar atenção ao “murmúrio insistente” das similitudes e das metáforas, considerado por Michel Foucault,¹⁸ e talvez ainda mais ao tecido de “semelhanças” recentemente analisado por Francesco Remotti,¹⁹ ou seja, à organização visível e menos visível dos procedimentos discursivos que estruturam a linguagem dos economistas e dos historiadores da economia, para assim descobrir a sequência de significados e conteúdos políticos que ela contém e transmite, independentemente das declarações explícitas de intenções e do pertencimento a “Escolas” ou a alinhamentos oficiais de pensamento ou de academia.

Este livro, iniciado em 2016 graças ao apoio do Wissenschaftskolleg de Berlim, foi escrito durante o confinamento forçado devido à epidemia ainda em curso. Estou, portanto, grato à Universidade de Siena e em especial a Gabriella Piccinni por me terem permitido o acesso aos recursos *on-line* das bibliotecas da Universidade de Siena.

Desejo agradecer pelas trocas e discussões, extremamente úteis tanto de perto como de longe, a Mathieu Arnoux, Alberto Burgio, Giovanni Ceccarelli, Francesco Cerrato, Anna Esposito, Franco Franceschi, Isabella Gagliardi, Pierre-Cyrille Hautcoeur, Gennaro Imbriano, Joel Kaye, Jürgen Kocka, Marina Lalatta, Clément Lenoble, Fabian Muniesa, Paolo Nanni, Mary O’Sullivan, Michele Pellegrini, Gabriella Piccinni, Daniel Schönpflug, Valeria Siniscalchi, Michele Spanò, Ciro Tarantino, Valentina Toneatto, Francesca Trivellato, Koji Yamamoto.

O livro é para Marina Foscanelli, para recordar nossas discussões sobre o mar de conversas econômicas que nos inundam dia após dia e sobre as lendas que as originaram e delas derivam.

Notas finais

- ¹ Guittone d'Arezzo, *Lettere*, org. C. Margueron, Commissione per i testi di lingua, Bologna, 1990, p. 329.
- ² H. Heine, “Über Deutschland”, III 4, in *Idem*, Über Deutschland, Essays und Pamphlete. Ausgewählte Werke IV, hrsg. von J. K. Sommermeyer, Berlin, 2019, p. 71: “Die Leute glauben nur an Geld; nur dem gemünzten Metall, den silbernen und goldenen Hostien, schreiben sie eine Wunderkraft zu”. Quando não houver declaração em contrário, as traduções são minhas.
- ³ Dante Alighieri, *Paradiso*, XXIV, pp. 83 e ss.
- ⁴ Primeira formulação do problema in G. Todeschini, “‘Au ciel de la richesse’. Le cœur théologique caché du rationnel économique occidental”, *Annales hss*, 74/1 (2019), pp. 3-24.
- ⁵ Querubim de Spoleto, *Sermones quadragesimales* (ca. 1480), Venezia, 1502, ff. 79v-82r. Cf. G. Todeschini, *Ricchezza francescana. Dalla povertà volontaria alla società di mercato*, Bologna, 2004.
- ⁶ J.-B. Say, *Traité d'économie politique ou Simple exposition de la manière dont se forment, se distribuent et se consomment les richesses* (1803), Paris, 1841 (*Discours préliminaire*); V. Brants, “Fragments d'Économie politique du Moyen âge”, *Revue néo-scholastique*, 2/5 (1895), pp. 27-48; W. Sombart, *Der Bourgeois*, München-Leipzig, 1923; J. Schumpeter, *History of Economic Analysis* (1954), New York, 1981.
- ⁷ Importante análise dos léxicos econômicos antigos em J. Andreau, V. Chankowski (éds.), *Vocabulaire et expression de l'économie dans le monde antique*, Bordeaux, 2007: cf. K. Verboven, “Ce que negotiari et ses dérivés veulent dire”, in *Idem*, pp. 89-118. Cf. M. Arnoux, “Ressources renouvelables et croissance économique. Suggestions médiévales et questions contemporaines”, *Revue de la régulation*, 26/2 (2019), <http://journals.openedition.org/regulation/15672> (último acesso novembro de 2020).
- ⁸ M. Foucault, *Les mots et les choses. Une archéologie des sciences humaines*, Paris, 1966, pp. 190 e ss.
- ⁹ Cf., do ponto de vista metodológico e bibliográfico, A. Kirman, “La pensée évolutionniste dans la théorie économique néoclassique”, *Philosophiques*, 25/2 (1998), pp. 219-237; P. J. Phillips, “Mathematics, Metaphors, and Economic Visualisability”, *Quarterly Journal of Austrian Economics*, 10/4 (2007), pp. 281-299.
- ¹⁰ R. Gillespie, “From Circulation to Asymmetrical Flow: On Metaphors and Global Capitalism”, *Journal of Cultural Economy*, 6/2 (2013), pp. 200-216.
- ¹¹ Schumpeter, *History of Economic Analysis*, cit., p. 91; Y. Shionoya, “The Sociology of Science and Schumpeter's Ideology”, in L. S. Moss (ed.), *Joseph A. Schumpeter: Historian of Economics. Perspectives on the History of Economic Thought*, New York, 1996, pp. 284 e ss.
- ¹² G. Maifreda, *L'economia e la scienza. Il rinnovamento della cultura economica tra Cinque e Seicento*, Roma, 2010; *Idem*, *From Oikonomia to Political Economy: Constructing Economic Knowledge from the Renaissance to the Scientific Revolution*,

- Farnham, 2012; *Idem*, “The ‘Economic’ Thought of the Renaissance”, in W. Caferro (ed.), *The Routledge History of the Renaissance*, New York, 2017, pp. 13-29.
- ¹³ F. Boldizzoni, *Means and Ends: The Idea of Capital in the West, 1500-1970*, New York, 2008, p. 2. Cf. F. Dannequin, “Braudel, Schumpeter et l’histoire du capitalisme”, *Alternatives Economiques*, 29/1 (2006), pp. 99-112.
- ¹⁴ Schumpeter, *History of Economic Analysis*, cit., p. 302: “foi então [entre os séculos XVII e XVIII] que o capitalismo foi descoberto analiticamente ou, como também podemos dizer, descobriu-se ou tornou-se analiticamente consciente de si mesmo. Vejamos como se deu essa descoberta e até onde ela chegou”.
- ¹⁵ P. Dardot, C. Laval, *La nouvelle raison du monde. Essai sur la société néolibérale*, Paris, 2009; T. Piketty, *Capitale e ideologia*, Milano, 2020 (ed. orig. Paris, 2019).
- ¹⁶ Uma crítica da desatenção aos aspectos emocionais e afetivos da atual linguagem econômica encontra-se em M. Konings, *The Emotional Logic of Capitalism: What Progressives Have Missed*, Stanford (CA), 2015.
- ¹⁷ Cf. D. Gentili, M. Ponzi, E. Stimilli (org.), *Il culto del capitale. Walter Benjamin: capitalismo e religione*, Macerata, 2017, pp. 9-12: “O capitalismo é a celebração de um culto *sans [t]rêve et sans merci*. Não existem “dias úteis”; não há dia que não seja festivo, no sentido assustador da manifestação de pompas sacras, do esforço extremo do venerador. Esse culto é, em terceiro lugar, ao mesmo tempo, culpabilizador e endividador. O capitalismo é presumivelmente o primeiro caso de um culto que não permite expiação, mas que produz culpa e dívida. E é aqui que esse sistema religioso se precipita num movimento colossal. Uma terrível consciência de culpa, que não sabe se purificar, recorre ao culto não para nele expiar essa culpa, mas para torná-la universal, para cravá-la na consciência e, finalmente e sobretudo, para envolver nessa culpa deus mesmo e, no fim, torná-lo interessado na expiação”. (W. Benjamin, *Kapitalismus als Religion* [Fragment], in *Idem, Gesammelte Schriften*, hrsg. von R. Tiedemann e H. Schweppenhäuser, Frankfurt am Main, 1991, vol. VI, pp. 100-102: “Der Kapitalismus ist die Zelebrierung eines Kultes *sans [t]rêve et sans merci*. Es gibt da keinen ‘Wochentag’, keinen Tag der nicht Festtag in dem fürchterlichen Sinne der Entfaltung allen sakralen Pompes, der äußersten Anspannung des Verehrenden wäre. Dieser Kultus ist zum dritten verschuldend. Der Kapitalismus ist vermutlich der erste Fall eines nicht entschuldigenden, sondern verschuldigenden Kultus. Hierin steht dieses Religionssystem im Sturz einer ungeheuren Bewegung. Ein ungeheures Schuldbewußtsein das sich nicht zu entschuldigen weiß, greift zum Kultus, um in ihm diese Schuld nicht zu sühnen, sondern universal zu machen, dem Bewußtsein sie einzuhämmern und endlich und vor allem den Gott selbst in diese Schuld einzubegreifen, um endlich ihn selbst an der Entsühnung zu interessieren”).
- ¹⁸ Foucault, *Les mots et les choses*, cit., pp. 81 e ss., p. 83; pp. 131 e ss., p. 135.
- ¹⁹ Remotti, *Somiglianze. Una via per la convivenza*, Bari-Roma, 2019, pp. 151 e ss., pp. 157 e ss.

PRIMEIRA PARTE
METÁFORAS ORGÂNICAS DO
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

CIRCULAÇÃO DO SANGUE E DO DINHEIRO. O CÍRCULO E O FLUXO

[E] esse movimento deve ser circular, porque o céu é perfeito.
Restoro d'Arezzo, *La composizione del mondo colle sue cascioni*
(1282)¹

O fluxo e o processo contínuo das criaturas são a demonstração
indubitável de que há um Criador.
Domenico Cavalca, *Esposizione del Simbolo degli Apostoli* (1342)²

É essa antecipação e esse retorno contínuo dos capitais que
devemos chamar de circulação do dinheiro, circulação útil e
fecunda, que anima todas as obras da sociedade, que mantém
o movimento e a vida no corpo político e com muita razão é
equiparada à circulação do sangue no corpo animal.
Anne-Robert-Jacques Turgot, *Reflexões sobre a formação e a
distribuição das riquezas* (1766), LXIX³

Para falar do dinheiro e de seu funcionamento ideal, há o hábito de
imaginar a circulação regular de um fluxo dentro de um corpo. Essa imagem
está tão enraizada na mente de quem pertence à cultura europeia e ocidental,
que não exige explicações. Parece óbvio considerar que a saúde econômica

ou física depende de uma circulação constante e controlada. Sua aceleração ou sua desaceleração levam imediatamente a pensar numa enfermidade, e sua parada, em morte. Desde tempos remotos e certamente a partir da Idade Média europeia, dinheiro e sangue, dinheiro e humores corporais, dinheiro e água, ou seja, dinheiro e líquidos vitais foram considerados semelhantes do ponto de vista de sua funcionalidade. O nascimento feliz, o crescimento saudável e o desenvolvimento harmonioso de uma economia e de uma pessoa, de um corpo social ou físico foram explicados com o uso da imagem altamente tranquilizadora de um movimento circular descrito como essencial à sobrevivência do organismo econômico ou físico.

Em particular, a noção de desenvolvimento econômico orgânico delineada a partir da imagem da circulação⁴ do sangue é muito antiga e está diretamente ligada à ideia da sociedade econômica como corpo que deve ser nutrido e protegido, cujo crescimento e cuja tutela devem ser garantidos, e encontra-se especialmente caracterizada em termos religiosos e místicos na época da história europeia denominada “Idade Média cristã”, sobretudo na fase habitualmente definida como de expansão ou revolução comercial e financeira. Em suma, entre os séculos XII e XV.

Embora a representação do desenvolvimento econômico como processo orgânico, ou seja, natural, com fluxo vitalizante constituído pela circulação monetária, tenha sido atribuída pelos historiadores do pensamento econômico e da economia à retórica derivada das descobertas anatômicas do século XVII, em especial à da circulação sanguínea, pode-se ver com facilidade que a associação aparentemente lógica entre sangue ou humores que correm e circulam para manter a vida de um corpo e regularidade do fluxo monetário ou da riqueza propícia à prosperidade do corpo social e econômico foi formulada nos discursos teológicos e governamentais medievais relativos à salvação e à Saúde da organização social cristã. Numa fase histórica claramente anterior à “revolução científica” dos séculos XVII e XVIII.

Para compreender a origem da imagem e da metáfora que dela brotou, isto é, a força da associação lógica e conceitual entre circulação ou circuito, por um lado, e saúde, Salvação, harmonia e desenvolvimento, por outro, é preciso lembrar que, no âmbito constituído pelos discursos teológicos dos escolásticos medievais, só aparentemente desconexo do âmbito econômico, o *circulum*, circulação e círculo, era essencial para